

ANEXO 9-1-II da Instrução CVM nº 481/2009
(Art. 9º, § 1º, Inciso II, Instrução CVM nº 481/2009)

- página 2 à página 5

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício
Inexistente.
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados
Inexistente.
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído
Inexistente.
4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores
Inexistente.
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
 - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
Inexistente.
 - b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
Inexistente.
 - c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
Inexistente.
 - d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento
Inexistente.
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores
 - a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
Inexistente.
 - b. Informar a data dos respectivos pagamentos
Inexistente.
7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
 - a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
Inexistente.
 - b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores
Inexistente.
8. Havendo destinação de lucros à reserva legal
 - a. Identificar o montante destinado à reserva legal
Inexistente.
 - b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal
Inexistente.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
Inexistente.
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
Inexistente.
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
Inexistente.
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
Inexistente.
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
Inexistente.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
Apurado o lucro líquido do exercício, dele far-se-á o destaque de 5% (cinco por cento) para a constituição ou aumento da reserva legal de que trata o Art. 193, da Lei nº 6.404/1976, até que seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social (Art. 43, caput, Estatuto Social vigente). O lucro remanescente será assim distribuído: 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado para pagamento de dividendos aos acionistas (Art. 45, inciso I, Estatuto Social vigente); e o saldo remanescente terá o destino que a Assembleia Geral determinar, consubstanciado em proposta da Diretoria, consultados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (Art. 45, inciso II, Estatuto Social vigente). Os dividendos atribuídos às ações serão colocados à disposição dos acionistas dentro de 60 (sessenta) dias, contados da realização da Assembleia Geral responsável pela declaração dos dividendos (Art. 45, § 1º, Estatuto Social vigente). Quando a situação financeira não permitir o pagamento dos dividendos nos prazos previstos no parágrafo primeiro, Art. 45, Estatuto Social vigente, a Diretoria fixará novos prazos, comunicando-os aos interessados, depois de consultado o Conselho de Administração (Art. 45, § 2º, Estatuto Social vigente). Os dividendos previstos no Art. 45, do Estatuto Social vigente, não serão obrigatórios no exercício social em que a Diretoria, dando prévio conhecimento ao Conselho de Administração, informar à Assembleia Geral ser o desembolso incompatível com a situação financeira da Sociedade, caso em que o Conselho Fiscal emitirá parecer sobre a informação (Art. 45, § 3º, Estatuto Social vigente). Os dividendos que deixarem de ser distribuídos nos termos do parágrafo terceiro, Art. 45, do Estatuto Social vigente, serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos assim que a situação financeira da Sociedade permitir (Art. 45, § 4º, Estatuto Social vigente). Reverterão à Sociedade os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados do dia fixado para o pagamento (Art. 45, § 5º, Estatuto Social vigente).

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente
Inexistente.
- c. Informar o montante eventualmente retido
Inexistente.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção
Inexistente.
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
Inexistente.
- c. Justificar a retenção dos dividendos
Inexistente.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva
Inexistente.
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
Inexistente.
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
Inexistente.
- d. Justificar a constituição da reserva
Inexistente.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
Inexistente.
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
Inexistente.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
Inexistente.
- b. Identificar o montante destinado à reserva
Inexistente.
- c. Descrever como o montante foi calculado
Inexistente.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
Inexistente.
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital
Inexistente.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva
Inexistente.
- b. Explicar a natureza da destinação
Inexistente.

Item 10 do Formulário de Referência
(Art. 9º, Inciso III, Instrução CVM nº 481/2009)

- página **7** à página **30**



ANEXO 24

Conteúdo do Formulário de Referência

| | |
|--|--|
| 10. Comentários dos diretores | |
| 10.1. Comentários dos diretores sobre: | |
| a. condições financeiras e patrimoniais gerais A Diretoria da Companhia, não obstante a apuração do lucro líquido do exercício de 2013, estabeleceu continuamente ações estratégicas e financeiras, visando o equilíbrio econômico, financeiro e operacional e a geração de fluxos de caixa, tanto sob a perspectiva de suas operações, quando da perspectiva das operações de sua Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, quando da perspectiva de sua subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D. Em relação à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – Celg GT, observou-se o reflexo de sua condição financeira e patrimonial no consolidado da Celgpar, onde a mesma obteve um lucro líquido do exercício da ordem de R\$ 13.422 mil, tendo apresentado resultado operacional negativo e resultado financeiro positivo ao final do exercício social. Por fim, enumera-se que a Administração da Celgpar, com relação às concessões de Geração e Transmissão, atuou e vem atuando no sentido de capturar todos os reflexos advindos da Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, com vistas à manutenção, em condições de equilíbrio econômico-financeiro, destas atividades, especificamente na realização de novos investimentos que garantam o crescimento da Receita. Observação semelhante se faz em relação à concessão de distribuição, onde a Administração da Celgpar, conjuntamente à Administração alocada na subsidiária Celg D pela Eletrobras, a partir do acordo de acionistas, também acompanhou e acompanha os desdobramentos relacionados ao novo marco regulatório, permanecendo no aguardo dos elementos vinculados à prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica. | |
| b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas: Verifica-se que no contexto operacional da holding Celgpar, o endividamento da Subsidiária Celg D é o que representa o maior peso em relação ao endividamento total constante do balanço consolidado, representado especificamente pela rubrica de “Provisão para Desvalorização de Participação Societária” que, ao final do exercício social de 2013 totalizava R\$ 1.029.792 mil, determinada pela sua situação de Passivo a Descoberto. | |
| hipóteses de resgate Não aplicável ao exercício social encerrado em 31.12.2013. | |
| c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos | |



Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de empréstimos e financiamentos Consolidado da Companhia totalizava R\$ 17.334 mil, sendo R\$ 3.504 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 13.830 mil referente a obrigações de longo prazo. Tal montante foi 7,56% superior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2012.

A Dívida Líquida (excluindo-se instituições financeiras, obrigações estimadas, provisões e adiantamentos para futuro aumentam de capital), em dezembro de 2013, montou em R\$ 1.173.764 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor negativo de -R\$ 2.909 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 403,49 vezes (em valores absolutos), posição não confortável em relação à capacidade de pagamento. Apesar disto, observa-se que o principal item desta dívida diz respeito ao reflexo do passivo a descoberto da Subsidiária Celg D no passivo consolidado da Celgpar, no valor de R\$ 1.029.792 mil, obrigações estas que seriam exigíveis na hipótese de descontinuidade da Subsidiária.

No que concerne aos itens de dívida junto a Instituições Financeiras, o saldo consolidado totalizou R\$ 17.334 mil e a relação Dívida junto a Instituições Financeiras/EBTIDA foi de aproximadamente 5,96 vezes (em valores absolutos), posição esta relativamente confortável em relação à capacidade de pagamento.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e

As principais fontes de financiamento para capital de giro, refletidos nos números consolidados do exercício de 2013, concentraram-se em gerações de caixa das atividades de investimento, especificamente no tocante ao recebimento da Indenização do Ativo Financeiro da Transmissão pela Controlada Celg GT.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia capta recursos por meio de contratos financeiros com instituições de grande e médio porte, quando necessário, os quais são empregados no financiamento das necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção das disponibilidades de caixa em nível que acredita apropriado para o desempenho de suas atividades.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.



A tabela a seguir demonstra a evolução do endividamento consolidado nas respectivas datas:

| | CONSOLIDADO | | | |
|--|------------------|----------------|---------------|------------------|
| | 31/12/2013 | AV% | AH% | 31/12/2012 |
| | | | | REAPRESENTADO |
| PASSIVO | | | | |
| CIRCULANTE | | | | |
| Fornecedores | 1.465 | 0,06% | 219,87% | 458 |
| Folha de Pagamento | 1.666 | 0,07% | 30,16% | 1.280 |
| Tributos e Contribuições Sociais | 4.836 | 0,19% | 166,01% | 1.818 |
| Empréstimos e Financiamentos | 3.504 | 0,14% | 320,65% | 833 |
| Obrigações Estimadas | 1.642 | 0,06% | 9,39% | 1.501 |
| Taxas Regulamentares | 1.549 | 0,06% | -29,97% | 2.212 |
| Provisão para Desvalorização de Participação Societária | 1.029.792 | 40,22% | -0,06% | 1.030.457 |
| Transações com Partes Relacionadas | 47.525 | 1,86% | 20,73% | 39.366 |
| Outros | 1.947 | 0,08% | -0,26% | 1.952 |
| | 1.093.926 | 42,73% | 1,30% | 1.079.877 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | |
| Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital | 1.384.111 | 54,06% | 0,00% | 1.384.111 |
| Empréstimos e Financiamentos | 13.830 | 0,54% | -9,50% | 15.282 |
| Tributos e Contribuições Sociais | 2.134 | 0,08% | 100,00% | - |
| Transações com Partes Relacionadas | 61.555 | 2,40% | 14,15% | 53.925 |
| Provisões para Contingências | 605 | 0,02% | 2,20% | 592 |
| Outros | 3.961 | 0,15% | -23,24% | 5.160 |
| | 1.466.196 | 57,27% | 0,49% | 1.459.070 |
| | 2.560.122 | 100,00% | 0,83% | 2.538.947 |

Verifica-se que a maior concentração do endividamento consolidado, no que tange às obrigações circulantes, se refere à Provisão para Desvalorização de Participação Societária na Subsidiária Celg D, no valor de R\$ 1.029.792 mil, estabelecida pela sua situação de Passivo a Descoberto.

Com relação às obrigações não circulantes, observa-se que a maior concentração se refere aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizando R\$ 1.384.111 mil, correspondentes aos seguintes itens:

- R\$14.000 mil, efetuados no intuito de ofertar a continuidade operacional da Controladora;
- R\$100.000 mil, em 29 de dezembro de 2011, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Subsidiária Celg D, objeto da 1ª tranche do acordo firmado entre a CELGPAR, o Estado de Goiás e a Eletrobras;
- R\$1.270.111 mil, em 16 de maio de 2012, ingressante na CELGPAR e aportado posteriormente na Subsidiária Celg D, objeto da 2ª tranche do acordo firmado entre a CELGPAR, o Estado de Goiás e a Eletrobras.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos contratados já foram totalmente desembolsados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras


COMPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012.
Principais Alterações nas Contas de Resultado:

| | CONTROLADORA | | | | | | | | |
|--|---------------|-----------------|----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|----------------|----------------|
| | 2013 | AH% | AV% | 2012 | AH% | AV% | 2011 | AH% | AV% |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | - | 0,00% | 0,00% | - | 0,00% | 0,00% | - | 100,00% | 0,00% |
| (-)Custos | - | 0,00% | 0,00% | - | 0,00% | 0,00% | - | 100,00% | 0,00% |
| LUCRO OPERACIONAL BRUTO | - | 0,00% | 0,00% | - | 0,00% | 0,00% | - | 100,00% | 0,00% |
| (-)Despesas Operacionais | (1.304) | -14,10% | -9,09% | (1.518) | 19,34% | 0,19% | (1.272) | 100,00% | 0,19% |
| Receitas Financeiras | 14 | 75,00% | 0,10% | 8 | -38,46% | 0,00% | 13 | 100,00% | 0,00% |
| Despesas Financeiras | (24) | 41,18% | -0,17% | (17) | -97,12% | 0,00% | (590) | 100,00% | 0,09% |
| Resultado Financeiro | (10) | 11,11% | -0,07% | (9) | -98,44% | 0,00% | (577) | 100,00% | 0,09% |
| (+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial | 13.422 | 2167,23% | 93,53% | 592 | 136,80% | -0,07% | 250 | 100,00% | 0,04% |
| RESULTADO OPERACIONAL | 12.108 | 1394,97% | 84,38% | (935) | -41,53% | 0,12% | (1.599) | 100,00% | 0,24% |
| OUTRAS RECEITAS | 2.385 | 38,66% | 16,62% | 1.720 | 100,00% | -0,22% | - | 100,00% | 0,00% |
| OUTRAS DESPESAS | - | -100,00% | 0,00% | (798.060) | 20,79% | 100,09% | (660.687) | 100,00% | 99,76% |
| OUTROS RESULTADOS | 2.385 | 100,30% | 16,62% | (796.340) | 20,53% | 99,88% | (660.687) | 100,00% | 99,76% |
| LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IMP.DE RENDA | 14.493 | 101,82% | 101,00% | (797.275) | 20,38% | 99,99% | (662.286) | 100,00% | 100,00% |
| Imposto de Renda | (100) | 222,58% | -0,70% | (31) | 100,00% | 0,00% | - | 100,00% | 0,00% |
| Contribuição Social s/Lucro Líquido | (43) | 138,89% | -0,30% | (18) | 100,00% | 0,00% | - | 100,00% | 0,00% |
| LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 14.350 | 101,80% | 100,00% | (797.324) | 20,39% | 100,00% | (662.286) | 100,00% | 100,00% |
| PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00 | 0,44 | | | (24,33) | | | (20,21) | | |

| | CONSOLIDADO | | | | | | | | |
|--|----------------|-----------------|----------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| | 2013 | AH% | AV% | 2012 | AH% | AV% | 2011 | AH% | AV% |
| Receita Operacional | 61.892 | -17,44% | - | 74.964 | -9,58% | - | 82.908 | 100,00% | - |
| (-)Deduções à Receita Operacional | (6.743) | -57,33% | - | (15.804) | -11,96% | - | (17.950) | 100,00% | - |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 55.149 | -6,78% | 100,00% | 59.160 | -8,93% | 100,00% | 64.958 | 100,00% | 100,00% |
| (-)Custos | (48.646) | 16,40% | 88,21% | (41.792) | 0,81% | -70,64% | (41.456) | 100,00% | -63,82% |
| LUCRO OPERACIONAL BRUTO | 6.503 | -62,56% | 11,79% | 17.368 | -26,10% | 29,36% | 23.502 | 100,00% | 36,18% |
| (-)Despesas Operacionais | (12.889) | 17,51% | -23,37% | (10.968) | 7,47% | -18,54% | (10.206) | 100,00% | -15,71% |
| Receitas Financeiras | 16.907 | 415,30% | 30,66% | 3.281 | -14,71% | 5,55% | 3.847 | 100,00% | 5,92% |
| Despesas Financeiras | (18.087) | 16,23% | -32,80% | (15.562) | -15,24% | -26,30% | (18.359) | 100,00% | -28,26% |
| Resultado Financeiro | (1.180) | -90,39% | -2,14% | (12.281) | -15,37% | -20,76% | (14.512) | 100,00% | -22,34% |
| (+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial | 4.014 | -20,62% | 7,28% | 5.057 | 100,00% | 8,55% | - | 100,00% | 0,00% |
| RESULTADO OPERACIONAL | (3.552) | 331,07% | -6,44% | (824) | -32,24% | -1,39% | (1.216) | 100,00% | -1,87% |
| OUTRAS RECEITAS | 27.398 | 1492,91% | 49,68% | 1.720 | 100,00% | 2,91% | - | 100,00% | 0,00% |
| OUTRAS DESPESAS | - | -100,00% | 0,00% | (798.060) | 20,79% | -1348,99% | (660.687) | 100,00% | -1017,10% |
| OUTROS RESULTADOS | 27.398 | -103,44% | 49,68% | (796.340) | 20,53% | -1348,08% | (660.687) | 100,00% | -1017,10% |
| LUCRO/PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IMP.DE RENDA | 23.846 | -102,99% | 43,24% | (797.164) | 20,44% | -1347,47% | (661.903) | 100,00% | -1018,97% |
| Imposto de Renda | (6.974) | 6240,00% | -12,65% | (110) | -23,61% | -0,19% | (144) | 100,00% | -0,22% |
| Contribuição Social s/Lucro Líquido | (2.522) | 4944,00% | -4,57% | (50) | -79,08% | -0,08% | (239) | 100,00% | -0,37% |
| LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 14.350 | 101,80% | 26,02% | (797.324) | 20,39% | -1348% | (662.286) | 100,00% | -1019,56% |
| LUCRO/PREJUÍZO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00 | 0,44 | 101,80% | | (24,33) | 20,39% | | (20,21) | 100,00% | |
| EBITDA / LAJIDA | (2.909) | -112,46% | | 23.338 | -29,97% | | 33.327 | 100,00% | |

As principais alterações ocorridas nas contas do resultado consolidado se referem a:

- Diminuição do lucro operacional bruto;
- Aumento das Despesas Operacionais;
- Diminuição do resultado financeiro negativo;
- Diminuição de Outras Despesas, caracterizadas pelo reflexo da provisão para desvalorização do investimento na Subsidiária Celg D, estabelecido pela adoção do método da equivalência patrimonial como critério de avaliação deste investimento.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais:



| | CONTROLADORA | | | | | | | | |
|--------------------------|----------------|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2013 | AH% | AV% | 2012 | AH% | AV% | 2011 | AH% | AV% |
| ATIVO | | | | | | | | | |
| Circulante | 26 | -98,13% | 0,01% | 1.388 | 93,58% | 0,46% | 717 | 100,00% | 0,18% |
| Não Circulante | 315.342 | 4,45% | 99,99% | 301.921 | -23,12% | 99,54% | 392.732 | 100,00% | 99,82% |
| Investimentos | 315.328 | 4,45% | 99,99% | 301.905 | -23,12% | 99,54% | 392.713 | 100,00% | 99,81% |
| Imobilizado | 14 | -12,50% | 0,004% | 16 | -15,79% | 0,01% | 19 | 100,00% | 0,0048% |
| TOTAL DO ATIVO | 315.368 | 3,98% | 100,00% | 303.309 | -22,91% | 100,00% | 393.449 | 100,00% | 100,00% |
| PASSIVO | | | | | | | | | |
| Circulante | 1.032.413 | -0,05% | 327,37% | 1.032.974 | -36,92% | 340,57% | 1.637.630 | 100,00% | 416,22% |
| Não Circulante | 1.387.744 | -0,12% | 440,04% | 1.389.474 | 1139,67% | 458,11% | 112.084 | 100,00% | 28,49% |
| Patrimônio Líquido | (2.104.789) | -0,68% | -667,41% | (2.119.139) | 56,25% | -698,67% | (1.356.265) | 100,00% | -344,71% |
| Capital Realizado | 973.764 | 0,00% | 308,77% | 973.764 | 0,00% | 321,05% | 973.764 | 100,00% | 247,49% |
| Prejuízos acumulados | (3.078.553) | -0,46% | -976,18% | (3.092.903) | 32,74% | -1019,72% | (2.330.029) | 100,00% | -592,21% |
| TOTAL DO PASSIVO | 315.368 | 3,98% | 100,00% | 303.309 | -22,91% | 100,00% | 393.449 | 100,00% | 100,00% |
| CONSOLIDADO | | | | | | | | | |
| | 2013 | AH% | AV% | 2012 | AH% | AV% | 2011 | AH% | AV% |
| | REAPRESENTADO | | | REAPRESENTADO | | | REAPRESENTADO | | |
| ATIVO | | | | | | | | | |
| Circulante | 148.859 | 34,57% | 32,69% | 110.620 | 11,56% | 26,35% | 99.159 | 100,00% | 18,30% |
| Não Circulante | 306.474 | -0,88% | 67,31% | 309.188 | -30,17% | 73,65% | 442.798 | 100,00% | 81,70% |
| Realizável a Longo Prazo | 213.346 | -2,52% | 46,85% | 218.867 | 1,17% | 52,14% | 216.336 | 100,00% | 39,92% |
| Investimentos | 59.775 | 10,55% | 13,13% | 54.069 | -47,47% | 12,88% | 102.922 | 100,00% | 18,99% |
| Imobilizado | 32.633 | -8,44% | 7,17% | 35.642 | -69,65% | 8,49% | 117.422 | 100,00% | 21,67% |
| Intangível | 720 | 18,03% | 0,16% | 610 | -90,03% | 0,15% | 6.118 | 100,00% | 1,13% |
| TOTAL DO ATIVO | 455.333 | 8,46% | 100,00% | 419.808 | -22,54% | 100,00% | 541.957 | 100,00% | 100,00% |
| PASSIVO | | | | | | | | | |
| Circulante | 1.093.926 | 1,30% | 240,25% | 1.079.877 | -36,22% | 257,23% | 1.693.088 | 100,00% | 312,40% |
| Não Circulante | 1.466.196 | 0,49% | 322,01% | 1.459.070 | 611,28% | 347,56% | 205.134 | 100,00% | 37,85% |
| Patrimônio Líquido | (2.104.789) | -0,68% | -462,25% | (2.119.139) | 56,25% | -504,79% | (1.356.265) | 100,00% | -250,25% |
| Capital Realizado | 973.764 | 0,00% | 213,86% | 973.764 | 0,00% | 231,95% | 973.764 | 100,00% | 179,68% |
| Prejuízos acumulados | (3.078.553) | -0,46% | -676,11% | (3.092.903) | 32,74% | -736,74% | (2.330.029) | 100,00% | -429,93% |
| TOTAL DO PASSIVO | 455.333 | 8,46% | 100,00% | 419.808 | -22,54% | 100,00% | 541.957 | 100,00% | 100,00% |

10.2. Comentários dos diretores sobre:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Efetamos a rerepresentação da Demonstração do Resultado do Exercício de 2011, comparativamente ao Exercício de 2012, consolidando apenas as receitas da Controlada Celg GT, em decorrência da Subsidiária Celg D encontrar-se sobre o controle da Eletrobras desde o dia 24 de abril de 2012, decorrente do acordo de acionistas e assunção da mesma à condição de Controladora das deliberações sociais desta Subsidiária. Desta forma, as receitas consolidadas em 2011 na posição reapresentada correspondem às atividades de geração e transmissão de energia elétrica. A posição reapresentada de 2012 se refere à não adoção da Consolidação proporcional pela Controlada Celg GT em relação à sua participação na Energética Corumbá III. Em 2013, tanto as Outras Receitas, quanto o Resultado Financeiro se referem aos efeitos oriundos da Indenização dos Ativos de Transmissão alocados após 31.05.2000 na Controlada Celg GT, objeto dos reflexos da MP 579/2012.



CVM *Comissão de Valores Mobiliários*

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

| | |
|---|--|
| <p>ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais</p> <p>A Administração da Celgpar efetuou as intervenções cabíveis no exercício de 2013, por conta dos impactos advindos da Medida Provisória nº. 579/2012 relacionadas às atividades de geração e transmissão de energia elétrica e, por sua vez, de forma conjunta à Administração da Celg D no que concerne às atividades de distribuição de energia elétrica.</p> | |
| <p>b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços</p> <p>Não aplicável.</p> | |
| <p>c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor</p> | |



A situação financeira e o resultado das operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas, apesar de não serem diretamente indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA), tem a tendência a serem atreladas à variação destes índices, assim como os custos operacionais. Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Os principais fatores e condições que afetam a receita e resultados operacionais são analisados a seguir:

Taxa de Câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Subsidiária Celg Distribuição S.A. – CELG D vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra tal risco. Porém, a Subsidiária monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (swap) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Variação Cambial na Compra de Energia de ITAIPU

A Subsidiária Celg Distribuição S.A. – CELG D está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de ITAIPU.

Taxa de Juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos vinculados a projetos específicos de infraestrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

Risco de Crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de a Subsidiária Celg Distribuição S.A. – CELG D vir a incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo em relação ao setor privado, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. Os altos valores dos órgãos públicos constituem risco. A administração da Subsidiária analisa continuamente as situações em aberto e, nesse sentido, renegociou os valores devidos pelo Estado de Goiás e possui parcelamento de valores devidos pela maioria das prefeituras.

Escassez de Energia

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas não pertencentes à Subsidiária Celg Distribuição S.A. – CELG D. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia, já refletido no incremento do montante de energia comprada no exercício de 2013 pela Subsidiária ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Este risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site www.ons.org.br, não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

10.3. Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo causaram ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional



| | |
|---|--|
| <p>A Companhia e Controladas não sofreram quaisquer alterações nas atividades operacionais nos dois últimos anos.</p> | |
| <p>b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária</p> | |
| <p>A Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autorizou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Subsidiária Celg Distribuição S.A. – Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, as tratativas para a aquisição do controle acionário da Subsidiária pela Eletrobras encontram-se em andamento, vinculadas especificamente no tocante à determinação do preço de transferência das ações, fundamentadas nos laudos de avaliação que se encontram em vias de finalização pelas partes envolvidas no negócio.</p> | |
| <p>c. eventos ou operações não usuais</p> | |
| <p>Não ocorreram eventos ou operações não usuais que foram refletidas nas demonstrações financeiras nos dois últimos anos.</p> | |
| <p>10.4. Comentários dos diretores sobre:</p> | |
| <p>a. mudanças significativas nas práticas contábeis</p> | |
| <p>Não ocorreram quaisquer mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício social de 2013.</p> <p>Assevera-se que a Instrução CVM n.º. 457, de 13 de julho de 2007, estipulou em seu art. 1º a obrigatoriedade, por parte das Companhias Abertas, da apresentação a partir do exercício social findo em 2010 das Demonstrações Contábeis Consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). A referida Instrução foi alterada pela Instrução CVM n.º. 485, de 1º de setembro de 2010, que obriga as Companhias Abertas a elaborarem suas Demonstrações Contábeis Consolidadas com base nos pronunciamentos contábeis do CPC que se encontram, comparativamente aos exercícios sociais de 2013 e 2012, consoantes ao padrão contábil internacional.</p> <p>Em relação às alterações vinculadas ao processo de convergência ao IFRS, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Celgpar estão em conformidade com o padrão internacional de contabilidade estipulado pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> | |
| <p>b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis</p> | |
| <p>Ver item 10.4.a.</p> | |
| <p>c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor</p> | |

**ÊNFASES**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 e nº 2 III (a2 e a3), com a formalização do acordo de acionistas e acordo de gestão entre o Governo do Estado de Goiás, as Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras e a CELGPARG, tomando por base os pressupostos da NBC TG 36 (Demonstrações Consolidadas), a Eletrobras passou a deter a preponderância e controle sobre as deliberações sociais da CELG D, incluindo a indicação da maioria dos membros do Conselho de Administração e Fiscal da Subsidiária, bem como as respectivas diretorias: Presidência, Diretoria Econômico-Financeira, Diretoria Administrativa, Diretoria de Distribuição e Diretoria Comercial. Os investimentos na controlada e subsidiária estão demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas os saldos dos investimentos na controlada CELG GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do investimento na subsidiária CELG D permaneceu ajustado pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a respectiva provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária, ou seja, os saldos patrimoniais e de resultado dessa subsidiária não foram consolidados com a CELGPARG nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 comparativamente à posição apresentada em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais da controlada CELG GT. As informações individuais da controlada CELG GT foram incorporadas ao processo de consolidação da CELGPARG na data-base de 31 de dezembro 2013 e geraram a reapresentação da posição consolidada da CELGPARG na data-base de 31 de dezembro de 2012, visto que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne a não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, nos moldes da NBC TG 19 – Negócios em Conjunto. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, letra “i”, as demonstrações financeiras individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente não são consideradas, com esse método de avaliação, como estando conformes às normas internacionais de contabilidade. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão não indenizadas, para fins de indenização. O cronograma destes serviços informados a ANEEL prevê a finalização em até 15 (quinze) meses contados a partir de 31 de dezembro de 2013. A Administração da Companhia entende que a avaliação, tomando por base os critérios de determinação do respectivo banco de preços, não apresentará descolamento dos valores consignados na Contabilidade da Controlada CELG GT, sendo que possíveis indicativos de impairment serão avaliados no decorrer dos trabalhos de avaliação, especificamente pela apresentação, antes de qualquer formalização junto ao órgão regulador, dos resultados parciais com vistas à apreciação para possíveis ajustes, no que couber. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.



Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.2.b, a subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D no período compreendido entre 6 de novembro e 8 de dezembro de 2006 passou por um processo de fiscalização pela Agência Goiana de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, a qual teve a finalidade de verificar a utilização dos critérios estabelecidos para o enquadramento dos consumidores no benefício tarifário de baixa renda, conforme Resoluções da ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. O resultado da fiscalização culminou na emissão do Termo de Notificação nº 001/2007, no valor de R\$ 36.390 mil, encaminhado à subsidiária CELG D através do Ofício nº 303/AGR/2007-PRE, de 6 de fevereiro de 2007. A subsidiária encaminhou resposta através da carta PR-0306/07, de 2 de março de 2007, manifestando-se sobre as não conformidades e determinações do referido termo, citando inclusive a Resolução ANEEL nº. 245, de 19 de dezembro de 2006 (editada após a conclusão da fiscalização da AGR), na qual a Agência reconhece a possibilidade de haver a duplicidade do benefício, devendo a concessionária regularizar a titularidade da unidade consumidora ou obter, do morador efetivo, declaração assinada de que não pode fazer a devida transferência de titularidade. Em resposta à manifestação da subsidiária, a AGR encaminhou o Ofício nº 418/2007-PRE informando que o valor constante do termo de notificação em referência será revisto à medida que se for comprovando a inexistência de duplicidade do benefício. Em 18 de dezembro de 2007, a ANEEL editou a Resolução Normativa nº 297 anulando o Artigo 3º da Resolução ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002. Em função dessa anulação, a Controlada encaminhou à AGR o Ofício nº PR-132/02, de 21 de janeiro de 2008, solicitando a anulação do relatório de fiscalização que motivou a emissão do Termo de Notificação nº 001/2007. Em resposta, a Agência expediu o Ofício nº 029/2008-DED-AGR informando que os valores serão revistos, considerando a nova metodologia de cálculo requisitada pela ANEEL. A realização da subvenção econômica de Baixa Renda anteriormente classificada no Ativo Não Circulante da Subsidiária Integral CELG D, prevista no acordo efetuado entre o Estado de Goiás e a Eletrobras, com interveniência da CELGPAR e CELG D, foram utilizados na contrapartida de quitação de obrigações para com o Sistema Eletrobras. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.2.d, o montante dos créditos da subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D com o Estado de Goiás correspondente a: (a) Lei nº 13.062/97 de 9 de maio de 1997 - referente a valores não repassados pelo Governo Estadual à Subsidiária, para fazer face às amortizações dos empréstimos e financiamentos contratados para a construção da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, objeto da cisão desta no exercício social de 2006; e (b) Parcelamento - Em 29 de dezembro de 2005, foi assinado entre o Estado de Goiás e a subsidiária CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D o Quarto Termo Aditivo ao Termo de Encontro de Contas, de 25 de julho de 2001, o qual foi aprovado pela ANEEL através do Despacho nº 528 de 5 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 6 de março de 2007. O saldo devedor desse Termo foi atualizado monetariamente pela variação do IGPM e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês. O valor de R\$ 1.600.000 mil foi pago à Subsidiária pelo Estado de Goiás, mediante a utilização de parte dos recursos da 1ª tranche do empréstimo obtido pelo mesmo junto a Caixa Econômica Federal, liberada em 29 de dezembro de 2011, R\$ 29.889 mil pagos em 16 de maio de 2012 com parte dos recursos da 2ª tranche e R\$ 300.000 mil pagos em 28 de dezembro de 2012 com recursos da 3ª tranche do referido empréstimo. No exercício de 2013 o Estado de Goiás pagou, com recursos próprios, a importância de R 27.000 mil. Este empréstimo faz parte das negociações em andamento entre o Estado de Goiás e as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, definidas no Protocolo de Intenções assinado em 15 de dezembro de 2011 e, por sua vez, referendadas no acordo de acionistas assinado em 24 de abril de 2012. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.



Conforme mencionado na nota explicativa nº 24, a Companhia, sua Controlada e sua Subsidiária, em 31 de dezembro de 2013, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, a Companhia está em tratativas acerca deste assunto por atividade: 1) Atividades de Geração e Transmissão: a Administração da Controlada Celg GT efetuará, ao longo do exercício de 2014, a análise dos respectivos bens e instalações a serem segurados, tomando por base a previsibilidade desta avaliação nos respectivos Contratos de Concessão; 2) Atividade de Distribuição: a Administração da Subsidiária CELG D desencadeou os procedimentos licitatórios para a contratação do seguro patrimonial dos bens e instalações da Concessão, procedimentos estes que se encontram em andamento. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 (a) – Acordo do Governo do Estado de Goiás e Eletrobras - a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, autorizou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras adquirir participação societária da Subsidiária CELG Distribuição S.A. – CELG D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto. Conforme pactuado nos Acordos de Acionistas e de Gestão, celebrados em 24 de abril de 2012, as tratativas para a aquisição do controle acionário da Subsidiária pela Eletrobras encontram-se em andamento, vinculadas especificamente no delineamento das questões técnicas da operação de troca de controle acionário, com vistas a se permitir a negociação direta das ações da CELG D, de propriedade da CELGPARG, para a Eletrobras. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 (b) – Prorrogação da Concessão de Distribuição de Energia Elétrica - com a edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, a qual condicionou a renovação do serviço público de energia elétrica à aceitação e concordância com novas regras regulatórias, tendo a concessionária o prazo para manifestação até o dia 15 de outubro de 2012. A subsidiária CELG D, através da Carta PR-1507/12, protocolou junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 11 de outubro de 2012, a manifestação de concordância à prorrogação da concessão de distribuição de energia elétrica. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 (c) – Prorrogação das Concessões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. A decisão quanto a estas prorrogações foi objeto de deliberação, por parte da acionista única Companhia CELG de Participações – CELGPARG, por meio da 74ª Reunião do Conselho de Administração, com início em 12 de novembro de 2012 e término em 21 de novembro de 2012, e 29ª Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de novembro de 2012. A Administração da Controlada CELG GT, de forma conjunta aos interesses do acionista majoritário, optou por não efetuar a prorrogação da concessão de Geração, permanecendo a vigência dos contratos atuais desta concessão, à exceção da Usina Hidrelétrica de São Domingos, cuja renovação encontra-se, atualmente, em discussão administrativa junto ao Ministério de Minas e Energia – MME, bem como na esfera judicial. Com relação à concessão de Transmissão, optou pela renovação da mesma, tendo assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 063/2001-ANEEL, com vigência até 5 de dezembro de 2042. O valor da indenização desta concessão, estipulado em R\$ 98.740 mil, vem sendo recebido parceladamente pela CELG GT. Não obstante as decisões acerca do tratamento destas renovações a Administração da CELG GT, conjuntamente ao Conselho de Administração e Assembleia Geral de Acionistas da Controladora CELGPARG, apontam que tanto a Receita Anual Permitida, quanto os valores de indenizações relativas às concessões de geração e transmissão não atenderam às expectativas da CELG GT. Desta forma, o Conselho de Administração da Controladora CELGPARG e, respectivamente, a Assembleia Geral de Acionistas, deliberaram pela aprovação da execução de todas as providências administrativas e judiciais, objetivando evitar prejuízo à CELG GT e, sucessivamente, buscar a preservação das concessões de geração e transmissão e, concomitantemente em relação às indenizações, pela implementação de medidas administrativas e judiciais, visando auferir indenizações, pertinentes à geração e transmissão, de todos os ativos ainda não depreciados, independente do previsto na Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.



Conforme mencionado na nota explicativa nº 32, letra “e” foi publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2013 a Medida Provisória – MP nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. A MP tem como objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e, assim estabelecer os ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para a apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e, conseqüentemente, extinguindo o RTT. Além disso, traz as convergências necessárias para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS. A referida MP deverá ser adotada obrigatoriamente para o ano-calendário 2015, sendo facultada a sua adoção no ano-calendário 2014, conforme seu artigo 71. Em uma avaliação preliminar a administração da CELGPARG entende que não haverá impactos relevantes na organização, porém, aguardará a sua conversão em Lei para efetuar uma análise mais profunda e conclusiva das alterações introduzidas, não a adotando no ano-calendário 2014. Observa-se que a MP teve sua vigência prorrogada por mais 60 (sessenta) dias, conforme Ato CN nº 1, de 11 de fevereiro de 2014, do Congresso Nacional. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

As demonstrações financeiras da controladora, COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPARG, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma instituição em atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Desta forma, a continuidade normal da instituição, dependerá da capacidade de realização de seus ativos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. A cobertura do patrimônio líquido negativo de R\$ 2.104.789 mil, dependerá da realização de ativos em valores superiores aos registrados na contabilidade ou redução dos valores do passivo. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

As demonstrações financeiras da CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Entretanto, a Companhia tem apresentando deficiência de capital de giro, elevação da participação de capital de terceiros, além da apresentação de patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no valor de R\$ 1.029.792 mil. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

A controlada direta CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT, em 2013, apresentou um lucro de R\$ 13.422 mil, entretanto, mantém um prejuízo acumulado de R\$ 14.398 mil. A administração da Companhia, visando o reequilíbrio econômico e financeiro, vem tomando diversas medidas e a reversão da situação atual estará sujeita ao sucesso dessas implementações adotadas, além de outras, que deverão ser efetuadas ao longo dos próximos exercícios. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES – CELGPARG, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e pela Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador da Companhia, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

- I. *As Demonstrações Financeiras da Controladora, de sua Controlada e Subsidiária Integral são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: Legislação Societária (Leis nº. 6.404/76, nº. 10.303/2001, nº. 11.638/2007 e nº. 11.941/2009); disposições complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; pronunciamentos emanados do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – NBC TG com respectivas interpretações e orientações técnicas, e normas específicas aplicáveis aos concessionários de serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em função da participação acionária da holding nessas concessionárias.*
- II. *A Celgpar adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM, CPC e CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As políticas contábeis detalhadas abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras.*
- III. *As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora, sua Controlada e Subsidiária Integral são as seguintes:*
 - a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das Demonstrações Financeiras da Companhia Celg de Participações - CELGPAR e sua controlada Celg GT foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pela NBC TG 36 (Demonstrações Consolidadas).

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas a partir da demonstração financeira individual da Celg GT, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme à empresa incluída no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

 - a.1. Os valores a receber junto a empresas coligadas e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas, os saldos com a empresa inserida no processo de consolidação foram eliminados.
 - a.2. Os investimentos na controlada e subsidiária são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada. O saldo do valor patrimonial do investimento na subsidiária Celg D permaneceu ajustado pela equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras consolidadas, incluindo a respectiva provisão para desvalorização do investimento nessa participação societária, ou seja, os saldos patrimoniais e de resultado dessa subsidiária não foram consolidados com a Celgpar nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013 comparativamente à posição apresentada em 31 de dezembro de 2012.
 - a.3. As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras individuais da controlada Celg GT. As informações individuais da controlada Celg GT foram incorporadas ao processo de consolidação da Celgpar na data base de 31 de dezembro de 2013 e geraram a reapresentação da posição consolidada da Celgpar na data base de 31 de dezembro de 2012, visto que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, nos moldes da NBC TG 19 – Negócios em Conjunto.



| | |
|--|--|
| <p>b. <u>Caixa e equivalentes de Caixa</u></p> <p>A Controladora, sua Controlada e sua subsidiária consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curto prazo. As aplicações financeiras das mesmas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data das Demonstrações Financeiras.</p> <p>c. <u>Consumidores, concessionárias e permissionárias</u></p> <p>Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do balanço.</p> <p>As contas a receber também incluem os valores faturados aos consumidores e concessionários do Serviço Público de Energia Elétrica e usuários da Rede Básica pertencente ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs e ainda, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do exercício social.</p> | |
| <p>d. <u>Contas a Receber - Estado de Goiás</u></p> <p>Os créditos a receber relativos a obras realizadas por ordem do Poder Executivo foram consolidados no exercício de 2003 e atualizados monetariamente em função de formalização do correspondente acordo com o Estado de Goiás. Em dezembro de 2005, os valores foram novamente consolidados.</p> <p>e. <u>Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</u></p> <p>A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada e Subsidiária. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 4.</p> <p>f. <u>Estoques</u></p> <p>Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.</p> | |



| | |
|--|--|
| <p>g. <u>Baixa Renda</u></p> <p>Inclui os valores decorrentes de novos critérios de classificação de unidades consumidoras de subclasse residencial de baixa renda, estabelecidos pela Lei nº. 10.438/2002, alterada pela Lei nº. 12.212/2010.</p> <p>h. <u>Ativo Financeiro – Bens da Concessão de Transmissão</u></p> <p>Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da ITG 01 – Contratos de Concessão e da CTG 05 – Contratos de Concessão. Estão incluídos nesta rubrica o montante ainda não indenizado dos ativos de transmissão vinculados ao Contrato de Concessão 63/2001, que entraram em operação até 31 de maio de 2000, aguardando a definição, pelo poder concedente, do respectivo valor indenizável.</p> | |
| <p>i. <u>Investimentos</u></p> <p>As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e NBC TG 18 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto).</p> <p>Conforme disposto na NBC TG 43 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), as Demonstrações Financeiras individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente não são consideradas, com esse método de avaliação, como estando conformes às normas internacionais de contabilidade.</p> <p>Trata-se de exceção de caráter obrigatório/legal que diz respeito às Demonstrações Financeiras individuais de entidade que tenha investimento em controlada avaliado pelo método da equivalência patrimonial, critério este adotado pela Controladora. Verifica-se que o IASB não reconhece este tipo de demonstração, exigindo que, no caso da existência de controlada, a entidade elabore e divulgue, no lugar das Demonstrações Financeiras individuais, informações consolidadas. O IASB admite as Demonstrações individuais da investidora desde que o investimento seja avaliado pelo valor justo ou mesmo pelo custo, atribuindo a estas Demonstrações o nome de Demonstrações separadas, tornando-as diferentes das Demonstrações individuais. Apesar disto a legislação societária brasileira exige a apresentação das Demonstrações Individuais e o próprio CPC as reconhece em seus pronunciamentos.</p> <p>Por tudo isto, a controladora apresentará suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita na NBC TG 43 (Adoção inicial das NBC Ts Convergadas em 2009), não sendo feita a apresentação das Demonstrações Financeiras separadas.</p> | |



j. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens utilizados pela Administração no desenvolvimento da gestão da Celgpar, controlada e subsidiária, os quais são classificados pela Aneel como bens não elegíveis. Os mesmos foram registrados pelo correspondente Valor Novo de Reposição-VNR e são remunerados via empresa de referência, por meio de cálculos dos reajustes e revisões tarifárias.

Além destes bens não elegíveis, enquadram-se nesta rubrica os Bens vinculados à Concessão de Geração de Energia Elétrica, cujo direito de uso e exploração é remunerado pela Receita Anual Permitida – RAP estipulada pelo poder concedente.

k. Intangível

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelas concessionárias para ser utilizada como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, fundamentado no direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados, em consonância com as disposições da NBC TG 04 (Ativo Intangível), ITG 01 e CTG 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por impairment, quando aplicável.

l. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários relativos a prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças intertemporais são reconhecidos e fundamentados em garantias de sua realização em decorrência de obrigações fiscais diferidas de mesma natureza, lançados no resultado do exercício social.

m. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Demonstrações Financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar, controlada e subsidiária. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as empresas registraram provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.



n. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 dezembro de 2013 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

o. Benefícios a Empregados

A Companhia, sua Controlada e Subsidiária são patrocinadoras da Fundação ELETRA. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos da NBC TG 33 – Benefícios a Empregados. Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 695/2012.

p. Apuração de Resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar, Controlada e Subsidiária, podendo ser confiavelmente mensurada, de acordo com a NBC TG 17 – Contratos de Construção e NBC TG 30 – Receitas, mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas.

Conforme critérios estabelecidos pela ITG 01 (Contratos de Concessão), a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo financeiro em curso (Rede Básica de Transmissão) ou ativo imobilizado em curso (Geração) ocorre o reconhecimento da receita de construção, na proporção dos serviços executados até a data do encerramento das Demonstrações Financeiras, com apuração de margem de lucro nula, para a Controlada Celg GT.



q. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disto, possíveis imprecisões peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar, controlada e subsidiária revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Avaliação de ativos financeiros a valor justo;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Prazos para pagamento e recuperação de créditos tributários relativos a imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Provisão para contingências relativas às ações judiciais.

r. PIS e COFINS

Na subsidiária Celg D e na Controlada Celg GT o PIS e a COFINS são apurados com base na receita operacional e contabilizados como dedução da receita pelo regime de competência e, segundo a legislação em vigor, pelo regime não cumulativo, sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente.

Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre os custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas Demonstrações Financeiras, conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº. 1, de junho de 2004.

Os valores de PIS e COFINS, apurados pelo resultado da venda de energia elétrica e deduções da receita, são repassados integralmente aos consumidores nas faturas de energia e consideram a neutralidade fiscal com as respectivas alterações contábeis ocorridas com a edição dos CPC e em convergência às IFRS.

s. Imposto de Renda e Contribuição Social

São provisionados ou constituídos Créditos Tributários sobre Prejuízos Fiscais, Base Negativa de Contribuição Social e diferenças intertemporais, limitados às obrigações de mesma natureza, sendo seus efeitos lançados no resultado do exercício social.



| | |
|---|--|
| <p>t. <u>Demonstração do Valor Adicionado – DVA</u></p> <p>A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Celgpar, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.</p> <p>A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.</p> <p>u. <u>Moeda Funcional</u></p> <p>Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras da Companhia, de sua controlada e de sua subsidiária são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que atuam. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, de sua controlada e de sua subsidiária.</p> | |
| <p>10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:</p> | |
| <p>a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las</p> <p>A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los de maneira contínua.</p> | |
| <p>b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente</p> <p>Não houve deficiências e recomendações no relatório do auditor independente.</p> | |
| <p>10.7. Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:</p> | |
| <p>a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados</p> | |



| | |
|--|--|
| Não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia. | |
| b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição Não aplicável. | |
| c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios Não aplicável. | |
| 10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia: | |
| a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos. Não mantemos qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades, cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as nossas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos nossos resultados ou em nossa condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em nossas demonstrações financeiras. | |
| b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas. | |
| 10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8: | |
| a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor Não aplicável. | |
| b. natureza e o propósito da operação Não aplicável. | |
| c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação | |



Não aplicável.

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:
a. investimentos, incluindo:
i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

a.i.1) Todos os comentários abaixo se referem à Subsidiária Celg Distribuição S.A. Celg D:

Em 2013, o volume de investimentos da CELG D, no valor de R\$ 176.905 mil, foi inferior em -6,87%, quando comparado com 2012, que apresentou o somatório de R\$ 189.959 mil, conforme tabela abaixo.

Tabela 2 - Evolução dos Investimentos - R\$ MIL

| ÁREA DE APLICAÇÃO | 2011 | 2012 | 2013 | VARIAÇÃO % 2013/2012 |
|--|----------------|----------------|----------------|-------------------------|
| Transmissão Associada a Distribuição de SE | 14.849 | 18.794 | 29.967 | 59,45% |
| Transmissão Associada a Distribuição a LT | 4.242 | 7.597 | 18.671 | 145,77% |
| Distribuição - Linhas e Redes | 101.112 | 130.223 | 98.082 | -24,68% |
| Outros | 28.925 | 33.345 | 30.185 | -9,48% |
| TOTAL | 149.128 | 189.959 | 176.905 | -6,87% |

a.i.2) Todos os comentários abaixo se referem à Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. Celg GT:



O Plano de Ampliação e Reforços (PAR) é elaborado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com a participação dos agentes de transmissão, geração, distribuição e consumidores livres conectados à rede, com vistas a adequar o sistema considerando as demandas existentes e/ou futuras, tais como previsão de carga, solicitações de acesso e expansão do sistema.

Conforme definições do ONS, “Ampliação” é a implantação de novo elemento funcional – linha de transmissão, subestação ou novo pátio, detentora de uma nova concessão de transmissão, enquanto “Reforço” é a instalação, a substituição ou a reforma de equipamentos em instalações de transmissão existentes, ou a adequação destas instalações, visando o aumento de capacidade de transmissão, o aumento de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN ou a conexão de um usuário.

O ONS submete o Plano de Ampliações e Reforços à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para emissão da Resolução Autorizativa, a qual determinará ao concessionário que faça a Ampliação ou Reforço.

A área de concessão da Controlada CELG GT possui grandes perspectivas de aumento de demanda, sendo alvo de diversas determinações de reforços e ampliações. Veja abaixo os investimentos da Controlada já autorizados/determinados pelo Poder Concedente, dos quais a maioria deverá entrar em operação em 2014:

| REFORÇOS AUTORIZADOS EM ANDAMENTO | | | | | |
|--|---------------------------|------------|-----------------------------------|---------------------------------------|-------------------|
| Subestação | RAP (Dez/2013) | REA | Valor Total (dez/2013) | Investimentos a Realizar – R\$ | |
| | | | | 2014 | Após 2014 |
| Carajás - 2º Banco | 2.004.648 | 2089/2009 | 12.630.916 | 567.931 | - |
| Ananguera - 3º Banco | 2.290.884 | 2089/2009 | 14.432.454 | 3.580.231 | - |
| Águas Lindas | 707.012 | 2368/2010 | 5.755.789 | 769.216 | - |
| Carajás - Dif. Barra | 43.192 | 3034/2011 | 354.242 | - | - |
| Goiânia Leste - Subst. Trafo | 491.014 | 3034/2011 | 5.207.271 | 1.217.951 | - |
| Xavantes | 352.230 | 3034/2011 | 2.938.386 | - | - |
| Carajás - Capacitor | 800.598 | 3170/2011 | 5.148.840 | 4.500.000 | - |
| Itapaci - Arranjo Barra Dupla | 818.006 | 3217/2011 | 5.572.669 | 4.705.305 | - |
| Pirineus - 2º Trafo | 2.272.058 | 3217/2011 | 15.839.326 | - | - |
| Itapaci - Capacitor | 780.305 | 3914/2013 | 5.688.243 | 4.000.000 | - |
| Goiânia Leste – 4º Trafo | 1.549.951 | 4417/2013 | 15.499.514 | 3.000.000 | 12.056.259 |
| TOTAL | 12.109.898 | | 89.067.650 | 22.340.634 | 12.056.259 |



A Administração da Controlada CELG GT, com a autorização de sua acionista, adotou como estratégia para se colocar de forma mais representativa no setor e, viabilizar a sustentabilidade da companhia, participar de leilões de empreendimentos nos segmentos de transmissão e geração. Para tanto, em consonância com o novo formato do setor, firmou parcerias em nível nacional e regional. O resumo das atuações nos leilões de transmissão pode ser visualizado abaixo:

| LEILÃO-ANEEL | DATA DA SESSÃO PÚBLICA | LOTE | RAP MÁXIMA (R\$) | RAP VENCEDOR A (R\$) | DESÁGIO (%) | PROPONENTE VENCEDOR |
|--------------|------------------------|---|------------------|----------------------|-------------|--|
| 102/2013 | 12/07/13 | B LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia - C1 e C2; SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1)X180MVA; LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (subterrânea); LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3 | 31.009.280 | 27.400.000 | 11,63% | CONSÓRCIO VALE DO SÃO BARTOLOMEU FIP MILÃO -(51%); CELG GT (10%) e; FURNAS (39%) |
| 102/2013 | 12/07/13 | F SE Campo Grande II 230/138 kV, 2x150 MVA | 4.482.230 | 4.258.000 | 5,00% | CONSÓRCIO PANTANAL CEL ENGENHARIA (51%); CELG GT (49%) |
| 107/2013 | 14/11/13 | D LT 230 kV Barro Alto - Itapaci, C2 | 3.066.690 | 3.050.000 | 0,54% | CONSÓRCIO LAGO AZUL CELG GT (50,1%) e FURNAS (49,9%) |

Para a implantação dos objetos licitados supramencionados, considerou-se que em parte o investimento será suportado por recursos próprios, na proporção da participação de cada acionista e o restante será realizado via financiamento junto ao BNDES.

Abaixo a projeção de desembolso/realização de investimento por parte da Controlada CELG GT, para as referidas participações:

| Empreendimento | Investimento Total Previsto | Ref. Preço | Contrato de Concessão ANEEL | CELG GT | % Equity | INVESTIMENTOS CELG GT (EQUITY) (Dezembro/2013) | | | |
|--------------------|-----------------------------|------------|-----------------------------|---------|----------|--|-------------------|-----------|-------------------|
| | | | | | | 2014 | 2015 | 2016 | TOTAL |
| SPE São Bartolomeu | 269.646.470 | 12.07.2013 | 14/2013 | 10% | 40,5% | 4.598.174 | 6.625.815 | - | 11.223.989 |
| SPE Pantanal | 50.277.839 | 12.07.2013 | 18/2013 | 49% | 52,7% | 6.866.862 | 5.333.637 | - | 12.200.499 |
| SPE Lago Azul | 29.000.000 | 14.11.2013 | à formalizar | 50,1% | 49,6% | 553.605 | 4.299.582 | 2.347.185 | 7.200.372 |
| TOTAL | 319.924.309 | | | | | 11.465.036 | 11.959.452 | - | 23.424.488 |

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento, no exercício de 2013, concentraram-se em gerações de caixa a partir das atividades de investimento, para as atividades de transmissão de energia elétrica. Para as atividades de distribuição, observou-se um maior nível de captação de recursos junto a instituições financeiras.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b. aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor



CVM Comissão de Valores Mobiliários

INSTRUÇÃO CVM Nº 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009

| | |
|---|--|
| Não aplicável. | |
| c. novos produtos e serviços, indicando: | |
| i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas | |
| Não aplicável. | |
| ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços | |
| Não aplicável. | |
| iii. projetos em desenvolvimento já divulgados | |
| Não aplicável. | |
| iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços | |
| Não aplicável. | |
| 10.11. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção | |
| Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima. | |